

GESTÃO AMBIENTAL: O CASO DO PARQUE NACIONAL DE UBAJARA/CE

BRUNO MARQUES DA SILVA SAMPAIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ (UVA)

BENEDITA MARTA GOMES COSTA

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ (UVA)

GESTÃO AMBIENTAL: O CASO DO PARQUE NACIONAL DE UBAJARA/CE

RESUMO

Este artigo tem como objetivo identificar os obstáculos que interferem na gestão do Parque Nacional de Ubajara-CE assim como seus êxitos. Para alcançar esse objetivo procurou-se verificar na visão dos membros gestores o que propicia a promoção e o fortalecimento do Parque; caracterizar e identificar os pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no PNU e construir uma análise de SWOT em síntese aos objetivos anteriores. Esse processo poderá servir como suporte a revisão do atual Plano de Manejo desta UC. Tendo esta unidade como objeto de estudo e afim de compor a pesquisa foi realizado revisão bibliográfica, visitas de campo à reserva e a sede do ICMBio e a aplicação do questionário ao comitê gestor. Os dados foram dispostos em quadros divididos por assuntos semelhantes e/ou complementares e foram avaliados através de análises estatísticas, esta complementada pela opinião dos diversos entrevistados nas questões subjetivas. De forma ampla, aponta-se como obstáculos: o longo período de vigência do seu Plano de Manejo, as limitações financeiras e a pouca aproximação do Parque com a população do entorno. Os êxitos estão: no profissionalismo dos colaboradores, bem preparados para execução de seus cargos, na segurança da estrutura apresentada aos visitantes e no conhecimento e seguimento das diretrizes gestoras baseadas no atual Plano de Manejo.

Palavras chave: Preservação. SNUC. Plano de Manejo. Análise de SWOT.

1 INTRODUÇÃO

A natureza é nossa casa e deve ser cuidada assim como administramos o nosso lar, o homem não conseguirá viver sem preservar e respeitar o meio ambiente. Segundo Araújo *et al* (2006, p. 2) “a população tem que agir menos agressivamente em relação ao meio ambiente, pois os recursos naturais são limitados.” Somente após milhares de anos viemos nos preocupar com essa temática, principalmente após a revolução industrial. Um marco para o início do que hoje conhecemos por Unidades de Conservação (UC's), local onde se abriga uma determinada biodiversidade sob a égide do estado, foi a criação do *Yellowstone National Park* (Parque Nacional de Yellowstone), em 1872 nos Estados Unidos, tornando-se precursor de grandes discussões mundo a fora sobre o tema e influenciando diretamente no desenvolvimento da educação e gestão ambiental.

Eventos envolvendo diversos órgãos mundiais foram ao longo do século XX debatendo novas formas de inibir a degradação da biodiversidade do planeta. Tiveram como resultados vários documentos com normas que serviram de base aos países participantes e vários outros a desenvolverem em seus territórios formas de proteger sua fauna e flora, a citar: a Carta de Belgrado e a Agenda 21 (BARBIERI, 2004)

Um dos países participantes e seguidor dos preceitos a cima citados é o Brasil, este sob influência do Parque Nacional de Yellowstone, criou oficialmente seu primeiro Parque Nacional, o de Itatiaia, e vários outros seguintes. Mas percebeu-se a dificuldade em criar e administrá-los, então juntamente com eles institucionalizou-se leis e os órgãos encarregados dessa função, cita-se os mais importantes: os Códigos Florestais de 1934 e 1965, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) de 1967, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) de 1989, o Sistema Nacional de Unidades de

Conservação (SNUC) de 2000 e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) de 2006 (PICCATIELJO, 2011)

Como base principal para gestão das UC's, onde encaixa-se o Parque Nacional de Ubajara (PNU), tem-se o SNUC, um associado de normas e procedimentos oficiais propiciando aos governos federais, estaduais e municipais e à iniciativa privada a institucionalização, implantação e administração das UC's. Nela encontra-se contido os objetivos de cada UC e a necessidade delas em redigirem seus Planos de Manejo, uma espécie de lei interna, todas as decisões a serem tomadas pela gestão, este documento necessita ser levado em conta. (BRASIL, 2000)

Na gerência de quaisquer organização os acertos e erros são inerentes a profissão, cabe aos encarregados desse papel procurar através do planejamento trazer consequências positivas em maior número que as negativas. Nessa perspectiva o presente trabalho visa Identificar os obstáculos que interferem na gestão do Parque Nacional de Ubajara-CE assim como seus êxitos. Para alcançar esse objetivo procurou-se verificar na visão dos membros gestores o que propicia a promoção e o fortalecimento do Parque; caracterizar e identificar os pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no PNU; construir uma análise de SWOT em síntese aos objetivos anteriores. Os dados apontados poderão servir de apoio a administração dessa UC e a reavaliação do seu Plano de Manejo.

Para o alcance dos objetivos propostos, fez-se uso de revisão bibliográfica (dissertações, teses, artigos científicos e páginas da web) referentes ao histórico da preservação da natureza, eventos catalizadores do tema estudado, e a evolução da legislação ambiental brasileira, acompanhada das visitas de campo à reserva e a sede do ICMBio finalizando com a aplicação do questionário ao comitê gestor do PNU. Os dados foram dispostos em quadros com assuntos semelhantes e/ou complementares afim de relacioná-los e a eles foram englobados resultados subjetivos de diversos gestores enriquecendo a discussão. Como forma de sintetizar os dados apresentados elaborou-se uma análise de SWOT, ferramenta administrativa capaz de ajudar a identificar os objetivos da pesquisa.

Cabe destacar o alinhamento desta pesquisa com os trabalhos desenvolvidos por: Pontes (2016), Castro (2007) e Cunha (2010) ambos procurando desenvolveram estudos com foco no cálculo da efetividade da gestão de Parques, Pontes (2016) no Parque Nacional do Descobrimento/BA (PND), Castro (2007) no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro/MG (PESB), e principalmente o de Cunha (2010) por ter desenvolvido sua pesquisa no Parque Nacional de Ubajara (PNU), o mesmo Parque estudado neste trabalho.

A estrutura dessa pesquisa é formada por uma linha de evolução. Inicialmente aponta-se o histórico das formas de proteção ambiental, seguida da grande discussão mundial sobre o mesmo tema. Em consonância a tais acontecimentos enfatiza-se a institucionalização das leis e órgãos brasileiros encarregados de criar e administrar as UC's, com destaque ao SNUC e a influência desta lei na gestão de áreas de proteção ambiental, precisamente nos Parques Nacionais. Discute-se assim a necessidade deste último em possuir um Plano de Manejo que dite as regras de sua administração. E por fim a análise de dados acerca dos resultados.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Proteção das Áreas Naturais: Histórico

Durante praticamente toda a história da humanidade pouco se falou e se fez a respeito do cuidar do meio ambiente. A sede do homem por poder tornou quase nulo a preocupação com os limites dos recursos naturais, esse tido como ilimitado, segundo Araújo *et al.* (2006) o conceito dos recursos inesgotáveis era bastante comum antes da revolução industrial, mas a partir desse evento que trouxe mudanças expressivas em todos os campos de atuação do homem, acompanhando pelo crescimento desordenado da população mundial, mudou

drasticamente essa visão falha a qual a sociedade pregava. Hoje visualizamos os erros do passado associados aos que ainda insistem no mesmo. Fez-se necessário por parte de pequenos grupos a busca por soluções para preservar a natureza, uma dessas formas foi a pressão para criação de áreas onde a biodiversidade pudesse reinar sem a interferência massiva do homem, assim podemos citar como marco inicial a criação do *Yellowstone National Park* (Parque Nacional de Yellowstone), em 1872 nos Estados Unidos. Para Vallejo (2002, p. 10), a institucionalização desse espaço tornou-o “precursor de todas as unidades de conservação públicas contemporâneas”.

Nessa perspectiva a composição do *Yellowstone National Park* para Milano (2001, p. 4) consistiu no “marco moderno da proteção de áreas naturais contra os processos destrutivos da ação humana.” Vallejo (2002) e Milano (2001), enfatizam que o estabelecimento deste e de outros parques situados em outros países como Canadá, Nova Zelândia, Austrália, África do Sul e México entre outros, no fim do século XIX e início e século XX, caracteriza o início de um período em que o procedimento de inserção e a administração territorial das unidades de conservação tornam-se de responsabilidade do estado.

Mesmo com o crescimento de áreas protegidas em vários países, a quantidade de Parques comparada a grande biodiversidade de todo o planeta era demasiada pequena até então, somente quando olhamos ao longo de todo o século XX poderemos perceber um aumento expressivo de diversos territórios de preservação em variadas categorias, resultantes principalmente de numerosas convenções em todo o planeta, onde eram discutidas propostas, bem como medidas de combate a destruição da natureza pelo único animal que destrói seu próprio habitat, o homem.

A pressão mundial a favor da égide ambiental também teve impacto no Brasil, principalmente com a formação dos primeiros órgãos reguladores e administradores dos futuros espaços protegidos. Em 1934 institui-se o primeiro Código Florestal brasileiro (Decreto 23.793/34), para Peccatiello (2011) este teve total influência do *Yellowstone National Park*, e segundo Medeiros, Irving e Garay, (2004), o código instaurou “um cenário favorável para a formalização da criação dos primeiros Parques e Florestas Nacionais do Brasil.” Relatos da época dizem que o principal motivo da proposta do Código Florestal foi o combate ao excessivo desmatamento para o cultivo do café, confirmado por Rezende e Pereira, (2009, p. 8), “o avanço do desmatamento proporcionado pelo crescimento da agricultura, despertou-se no governo a necessidade de se conservar os recursos florestais.” Este período foi justamente a época em que percebeu-se o aumento do cultivo de café no Brasil, ou seja, houve grandes áreas de florestas substituídas pelas fazendas de café, movimento contrário a crescente luta pela proteção da biodiversidade brasileira.

Após algumas tentativas frustradas por parte de alguns ativistas, a fundação do primeiro Parque Nacional brasileiro, o de Itatiaia, só veio a ocorrer em 1937 (MILANO, M. 1985). Sendo gerenciado sob a tutela do primeiro Código Florestal brasileiro. Cabe enfatizar que este definia apenas a base para a proteção da fauna e flora do nosso país.

Com o advento da industrialização brasileira decorrendo nas intensas derrubadas de florestas para construção de indústrias, estradas, hidrelétricas ouve a necessidade de uma nova forma de inibir essa agressão generalizada ao meio ambiente, então em substituição ao Código anterior foi criado um novo Código Florestal em 1965 (Lei 4.771/65), para Borges, Rezende e Pereira (2009, p. 9) este “representou importante instrumento disciplinador das atividades florestais ao declarar as florestas existentes no território nacional como bens de interesse comum a toda população.”

Decorrente das intensas discussões, alguns líderes mundiais aliados a diversas organizações sociais a partir da segunda metade do século XX realizaram diversos encontros mundiais destinados a proteção do meio ambiente, onde a grande maioria dos países presentes assinaram compromissos com o cuidar de sua fauna e flora daquele período em diante. “Para

o entendimento do que hoje temos por política ambiental brasileira, é plausível caracterizar as grandes linhas dessa evolução” (PECCATIELLO, 2011, p. 3). Eventos como a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972, o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental em 1975, resultando na Carta de Belgrado, considerada uma base para todas as conferências seguintes. Segundo Barbieri (2004) a Carta de Belgrado determina as normas para uma relação mútua do homem com a natureza, na tentativa de desenvolver um carácter de consciência seguido por práticas, estímulos, condutas e o comprometimento perante a resolução dos problemas ambientais.

Tivemos também a Conferência Intergovernamental em Tbilisi, Geórgia, em 1977, ratificando as recomendações anteriores e propondo novas, procurando dessa forma abranger cada vez a população em todas as classes. Já no Brasil, mas especificamente no Rio de Janeiro em 1992, ocorreu a chamada Rio+20 onde foi aprovada a *Agenda 21*, um importante documento baseado nos anteriores e com novos textos em defesa e proteção da natureza a ser adotado por todas as nações envolvidas, tendo como objetivo principal o alcance do desenvolvimento sustentável (BARBIERI, 2004).

Essa época (últimas décadas do século XX) também foi marcada pela crescente criação de instituições e legislações com tentativas subsequentes de melhorar a criação e regulamentação das Unidades de Conservação (UC's) no Brasil (PECCATIELLO, 2011).

Após o citado Código Florestal de 1965, veio o decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, criando o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Em seu Art. 2º descreve as atribuições do IBDF, como: formular a política florestal, e sua utilização, bem como encarregar-se da proteção e da conservação dos recursos naturais renováveis e do desenvolvimento florestal do país, em consonância com as leis vigentes. Seu diferencial aos órgãos anteriores é justamente a união de várias funções antes separadas tornando o processo menos burocrático. Um marco com maior expressão veio com a Constituição Federal de 1988 ao declarar o dever da sociedade e do estado de cuidar da natureza para que ambos desfrutem de uma boa qualidade de vida, bem como as gerações futuras. Apoiados a ela e em meio as dificuldades encontradas na institucionalização e gerenciamento das áreas protegidas, tivemos a extinção do IBDF e de diversos outros órgãos para fundar o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) (Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989), deixando suas atividades a cargo desta nova organização (SOUSA; ESTEVES, 2005, 2006).

Agora não em substituição, mas como apoio cria-se em 18 de julho de 2000, por meio da Lei 9.985, instituída pelo Governo Federal a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), (PECCATIELLO, 2011).

Tendo como base a importância do SNUC o próximo item será dedicado a discussão da lei, seus principais objetivos e conceitos sobre a temática abordada.

2.2 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC

Conforme relatado no item anterior o SNUC veio para facilitar a criação das futuras áreas de preservação, bem como o gerenciamento das já existentes, conforme pressupõe o Art. 1º do SNUC ao estabelecer “critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (BRASIL, 2000, Art. 1º). Franco, Schittini e Braz (2015) argumentam que o SNUC foi concebido para definir critérios mais objetivos para o processo de criação e gestão de diversas categorias de áreas protegidas – as referidas unidades de conservação – de forma a torná-lo mais abrangente e eficaz.

Nesta foram englobados ideais de todas as leis ambientais anteriores e os princípios adotados mundialmente para preservação da natureza. Segundo Borges, Rezende e Pereira,

(2009, p. 15), os conceitos relacionados às UC's "eram confusos e os processos de criação, conflitantes, uma vez que várias eram as instâncias governamentais que se arvoravam o direito de cria-las", dessa forma ela veio para esclarecer os devidos órgãos responsáveis pelos seus respectivos deveres. Brito (2008) destaca o SNUC como meio de garantir acesso assegurado a exuberante biodiversidade brasileira pelas populações futuras, assim fazê-los membros da comunidade a favor da defesa da natureza, pois segundo Cunha (2010), é crucial a participação social no gerenciamento e institucionalização das UC's, principalmente na destinação dos recursos e regularização fundiária.

Quanto aos objetivos e diretrizes o SNUC descreve suas funções, deixando implícito sua finalidade, pleiteando questões relacionadas tanto a gestão econômica como também ambiental de todas as categorias de UC's, dentre elas destaca-se o desenvolvimento das atividades de educação ambiental, pois através desta pratica todas as outras diretrizes podem ser conhecidas e seguidas por todos os contemplados, sendo eles colaboradores, visitantes e moradores do local do parque. (BRASIL, 2000).

O SNUC dividiu as unidades de conservação em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável (BRASIL, 2000). Ressaltado por Peccatiello (2011, p. 9) como aceitável e "acaba por englobar ambas as percepções da sociedade em relação à natureza, privilegiando tanto a intocabilidade dos recursos renováveis como a concepção de inclusão social na gestão das áreas protegidas."

Tendo como base o objeto de estudo, o item a seguir irá focar em uma das subdivisões das Unidades de Proteção Integral mais precisamente os Parques Nacionais.

2.3 Parques Nacionais e gestão ambiental

O SNUC em seu art 11º deixa claro os objetivos da concepção dos Parques Nacionais como a preservação das belezas naturais nos mais variados ecossistemas brasileiros, com espaços para o desenvolvimentos de pesquisas científicas, as práticas de turismo ecológico e a promoção da educação ambiental (BRASIL, 2000).

O SNUC determina que a correta gestão dos parques nacionais só se completa com a criação e implantação de um Plano de Manejo. Brasil (2000) em seu (Art. 2º, XVII) define-o como um documento a conter o zoneamento da área, as normas que regem o manejo dos recursos, bem como todas as modificações no local tendo em vista as estruturas essenciais a administração da unidade. Todos os objetivos de cada parque estão inseridos em seus respectivos Planos de Manejo, toda sua fauna e flora, suas recreações, permissões, proibições. Portanto o mesmo é imprescindível para a sua gestão, mas segundo Pereira (2009) apenas 16,4% das UC's em todo Brasil possuem Plano de Manejo, ou seja, a grande maioria não segue um dos mandamentos fundamentais do SNUC, nele está disposto a necessidade do Plano de Manejo aos Parques Nacionais e as outras áreas de proteção, tendo como norma a criação desse documento em até 5 anos a partir de sua data de fundação (BRASIL, 2000).

Em seu Art 28º parágrafo único, a lei alega que na ausência do Plano de Manejo, as práticas desenvolvidas na área preservada são limitadas, estas destinadas a manter a zona protegida, zelando pelos seus recursos e mantendo a população local ciente dos objetivos desse espaço, proporcionado a este público meios de satisfazerem suas necessidades materiais, sociais e culturais sem degradar a UC (BRASIL, 2000).

Dentre todas as categorias de UC's os parques nacionais são os únicos que possuem regulamentação específica, o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros criado pelo Decreto Federal Nº 84.017, de 21 de setembro de 1979 (BRASIL, 1979), servindo inclusive para formação de determinados pontos que devem encontrar-se dispostos no Plano de Manejo.

A administração dos parques nacionais federais por muitos anos ficou somente a cargo do IBAMA, mas o mesmo ficou sobrecarregado, pois além da gestão das unidades o órgão era

responsável por atividades como licenciamento ambiental federal e a fiscalização, viu-se a necessidade de uma organização que se encarregasse prioritariamente do comando dos Parques Nacionais, nesse sentido a lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), concentrando sua atividade na gestão de UC's e a conservação da biodiversidade (BRASIL, 2007).

O SNUC estabelece alguns encargos a qual os órgãos carecem executar na gerência das UC's, como a articulação com o público de interesse entre eles: pesquisadores, patrocinadores, visitantes. Incumbe a estes também a cobrança de taxas mediante manutenção da unidade, bem como os demais exercícios administrativos necessários a qualquer organização (BRASIL, 2000).

A mesma Lei também deixa claro algumas normas administrativas que englobam todas a Unidades de Proteção Integral, mais precisamente em seu Art 29º. Nele encontra-se descrito a necessidade deste grupo em dispor de um conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, buscando dessa forma fazer com que essas categorias de UC's possuam delegações de várias esferas sociais (BRASIL, 2000).

Quanto as cobranças e demais arrecadações originadas de atividades na própria unidade o Art 35º dispõe as especificações abaixo:

I - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na implementação, manutenção e gestão da própria unidade;

II - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na regularização fundiária das unidades de conservação do Grupo;

III - até cinquenta por cento, e não menos que quinze por cento, na implementação, manutenção e gestão de outras unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral (BRASIL, 2000).

Os Parques contam também com verbas federais visto que o dinheiro advento do turismo e outras práticas de arrecadação são variáveis, ou seja, a verba nem sempre é a mesma. Em certos períodos, por exemplo as férias, há um aumento, em outras datas diminuem, portanto a gestão necessita de recursos extras e estes são transmitidos a entidade pelo Governo Federal.

Além dos órgãos gestores muitos Parques Nacionais possuem parcerias com cooperativas que prestam serviços terceirizados em várias áreas, principalmente de apoio a visitação, onde as mesmas são responsáveis em aplicar as taxas de cobranças e a partir dessas coletas obter sua remuneração, para Canto-Silva e Silva (2017), 39,06% dos parques nacionais brasileiros utilizam-se dessa forma de condução das atividades de visitação por meio de associações e cooperativas. Salienta-se que as regras para visitação, recreação, exploração do parque por meio dos guias pertencentes as cooperativas não podem se sobressair perante as normas previstas no Plano de Manejo da área protegida.

3 METODOLOGIA

Tendo como objeto de estudo a gestão do Parque Nacional de Ubajara, procederam-se os seguintes processos de coleta de dados para sua análise: revisão bibliográfica, visitas de campo à reserva e a sede do ICMBio e a aplicação do questionário ao comitê gestor para obtenção de dados.

Quanto a natureza da pesquisa enquadra-se como aplicada, na qual se utiliza de métodos já existentes de obtenção e análise de dados, são eles: questionário, análises estatísticas e ferramenta administrativa (SWOT), tendo como proposta a resolução de problemas concretos, isto é, dilemas já existentes, podendo assim ser aplicado na prática (FONTENELLE, 2017).

Em relação a finalidade a pesquisa classifica-se como descritiva, ou seja, não há interferência nos dados coletados, apenas descrição destes, assim procurou-se retratar o assunto estudado, descrever suas características e avaliar a relação entre as variáveis, expondo-os através de tabelas, classificando por meio da escala Likert e interpretando-os com análises estatísticas (FONTENELLE, 2017).

A pesquisa possui uma abordagem quali-quantitativa, ou seja, utilizou-se no questionário proposto indagações qualitativas e quantitativas em conjunto, a fim de obter respostas mais claras sobre o estudo proposto. Assim ambos encarregam-se de suas respectivas variáveis e suas associações, produzindo conseqüentemente uma melhor compreensão da realidade estudada. Para construção do componente quantitativo empregou-se a escala Likert. Segundo Cunha (2010, p. 35) essa ferramenta tem como característica registrar o nível de concordância ou discordância em meio a uma afirmação dada, e permite “capturar os sentimentos, opiniões e atitudes dos respondentes”

A revisão bibliográfica foi composta pela utilização de teses, dissertações, artigos e leis que discorrem sobre os assuntos abordados e complementares à área de estudo, bem como referentes ao PNU e o seu Plano de Manejo. Dentre as leis abordadas, destaque para a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, referente a SNUC.

A visita de campo ocorreu nos dias 7 e 8 de setembro de 2018 com intuito de conhecer o objeto de estudo, desta forma foi realizado a visita ao PNU e também a sede do ICMBio em Ujabara-CE a fim de vivenciar as práticas de gestão desenvolvidas pelos colaboradores que integram a gestão. Viu-se de perto o funcionamento de atividades desenvolvidas no parque, dentre elas citamos a atuação dos guias da cooperativa COOPTUR, encarregados pela recepção das visitas ao Parque.

O questionário foi composto por indagações objetivas, dispostas em quadros separados por assuntos referentes a gestão, cada quadro com as opções em escala de intensidade de 1 a 5 correspondente a: 1 - discordo totalmente, 2 - discordo parcialmente, 3 - indiferente, 4 - concordo parcialmente e 5 - concordo totalmente). Aliadas a essas, foram acrescentadas interrogações subjetivas que buscavam compreender o desenvolvimento das práticas de educação ambiental para os moradores e visitantes e a visão destes com relação a importância do parque para o desenvolvimento do ecoturismo regional. O questionário foi aplicado na forma impressa por meio de terceiros em dezembro de 2018 na sede do ICMBio em Ubajara-CE, numa reunião do comitê gestor, cada qual respondeu o seu individualmente. Houve também a aplicação do questionário digitalmente via e-mail a um dos gestores que não se encontrava presente na reunião. Ao todo foram obtidas 21 respostas.

No sentido de identificar falhas e conseqüentemente suas origens na administração do PNU foi aplicado a análise de SWOT. Segundo Biolchini; Pimenta; Orofino, (2012, p.30) esta ferramenta “permite estudar cenários e analisar o ambiente interno de uma organização em relação ao seu ambiente externo”, permitindo dessa forma que a organização conheça e saiba usufruir de suas qualidades e da mesma forma conheça e saiba lidar com seus problemas internos e externos como propõe o SWOT. A sigla é abreviada do inglês e significa: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). Segue a demonstração dessa ferramenta no quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Análise de SWOT aplicada na análise da gestão do PNU

Fraquezas	Ameaças
Condições ou características intrínsecas à UC que dificultarão sua gestão?	Situações, tendências ou fatores externos à UCC que podem prejudicar sua gestão?
Forças	Oportunidades
Condições ou características próprias da UC que contribuirão ou auxiliarão em sua gestão?	Situações, tendência ou fatos externos à UC que podem contribuir e auxiliar em sua gestão.

Fonte: Cases 2012.

Este instrumento é comumente utilizado na esfera empresarial, principalmente no planejamento estratégico. O PNU já se utiliza de uma versão deste instrumento em seu Plano de Manejo para outros fins, na versão proposta por este trabalho o foco será auxiliar nas falhas de gestão do parque e na reformulação do atual Plano de Manejo.

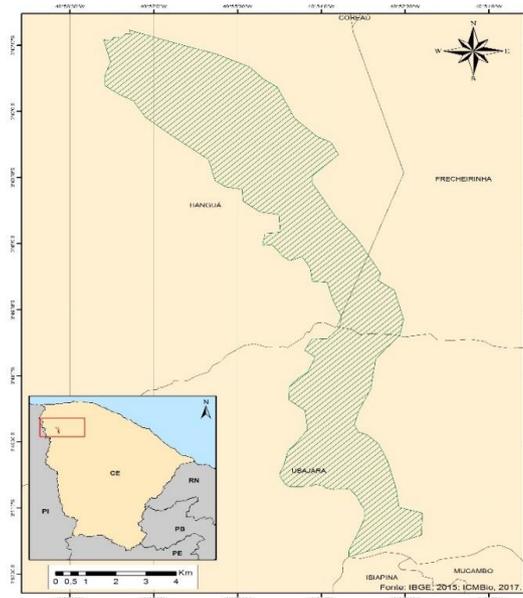
3.1 Caracterização da Área de Estudo

O Parque Nacional de Ubajara (PNU), é uma Unidade de Proteção Integral localizada na região da Serra da Ibiapaba, no estado do Ceará, Brasil. Situa-se a 320 km da capital Fortaleza. Atualmente possui uma área de 6 299 ha, bem diferente de quando foi criado. Segundo o ICMBio o PNU foi criado com o decreto nº 45.954 de 30 de abril de 1959. De início o PNU possuía 4 000 ha, mas o Decreto nº 72.144 do dia 26 de abril de 1973 modificou os seus limites para uma área de 563 hectares. Seu tamanho só voltou aumentar em 13 de dezembro de 2002, quando foi assinado o Decreto Sem Número e publicado no Diário Oficial da União, que muda novamente seus limites, agora com uma área de 6.288 há. Com essa mudança o Parque além de Ubajara passa a ocupar terrenos de Tianguá e Frecheirinha. Podemos ver a localização do PNU na figura disposta na página seguinte.

O PNU é visitado por pessoas de diversos estados brasileiros e algumas vezes até por estrangeiros, como praticamente todo o Ceará esta área é marcado pela ocorrência de uma estação seca que abrange o período de julho a dezembro e por uma estação chuvosa que se estende de janeiro a junho, com chuvas concentradas mais no início do ano. O território do Parque possui uma extensão de 110 km de serra e altitudes que variam de 800 m a 1.100 m. Situa-se a uma latitude 3°51'12 S e longitude 41°5'10 W. Segundo o ICMBio sua temperatura média anual varia entre 20 e 22° nas áreas da serra e em torno de 24 a 26° nas áreas mais baixas. As temperatura mais amena são registradas no meses de Junho. Já os meses mais quentes são outubro e novembro.

O PNU possui diversos atrativos, a citar: trilhas, almirantes, cachoeiras, cavernas e o teleférico que se encontra parado para manutenção. Os mais procurado atualmente são as trilhas, estas possuem variações de distância e cada qual com destinos finais diferentes, destaque também para as trilhas de bicicleta para os visitantes mais aventureiros.

FIGURA 1 – Mapa do PNU



Fonte: ICMBio

4 Resultados e Discussões

Os dados das questões objetivas foram reagrupados em subquadros aglutinados por temas semelhantes ou complementares com seus respectivos resultados em percentuais. Já os dados subjetivos foram incorporados nas discussões em forma de opiniões para reforçar os dados objetivos. Como os questionários não possuem identificação cada um deles foi nomeado em ordem alfabética da seguinte forma: Gestor A, B, C...U.

O PNU teve o seu primeiro Plano de Manejo publicado em 1981 sob vigência do IBDF, segundo seus gestores pouco mais da metade de seus objetivos foram cumpridos, enquanto por diversas razões o restante tornou-se inviável. Em virtude da falta de recursos financeiros a revisão do documento marcada para ocorrer em 1986 não foi efetivada. Somente a partir de 1998 houve discussões promissoras quanto a sua reavaliação, culminando no início do planejamento. Atualmente o PNU encontra-se sob vigência do Plano de Manejo publicado em 2002.

Com base no quadro 2 observou-se que a grande maioria dos entrevistados, sendo 76,19% avaliaram o Plano de Manejo como claro na descrição de suas ações. No entanto, 85,71% apontaram para a necessidade do referido documento ser reformulado. O Plano de Manejo do PNU mesmo bem elaborado necessita de remodelagem, dado seu período de vigência relatado a cima. A legislação, mais precisamente o SNUC, estabelece datas para esse processo. O Plano de Manejo, acrescenta o ICMBio, é um processo de planejamento contínuo com influência a todo momento na tomada de decisão, dessa forma sua atualização é necessária, no entanto necessita de demasiado recurso humano e conseqüentemente financeiro o impedindo de ocorrer, a exemplo encontra-se o PNU. Segundo Cunha (2010) em estudo da efetividade da gestão do próprio PNU, no tópico planejamento o autor apontou em seus resultados para um nível de eficiência satisfatório desse documento, ou seja, ele existe, porém em uso parcial devido as restrições orçamentárias ou outros problemas.

O Plano de Manejo dita as regras vigentes no PNU, conseqüentemente os colaboradores e visitantes ao adentrarem nesse espaço necessitam adequar-se as suas normas, dessa maneira é essencial o conhecimento detalhado por parte dos colaboradores desse documento. No quadro 2 ao serem abordados sobre esta necessidade, poucos gestores ou 9,52% apontam para o não conhecimento do Plano de Manejo por parte dos colaboradores, em outra abordagem agora sobre seguir o plano, apenas 5% apontam para o descumprimento das ações previstas. Diante dos dados apresentados vemos a real capacidade dos atuais colaboradores em executarem suas atividades. Assim segundo o Gestor A, os colaboradores, mais precisamente os guias, encarregam-se da tarefa de transmitir as normas ali vigentes aos visitantes, tornando-os cientes das permissões e proibições do local. Esse relato foi reforçado por mais 8 gestores (C, F, H, J, K, P, T e U) os quais especificam o bom trabalho da recepção realizado pelos guias do PNU em manter os visitantes sempre bem informados da importância de cuidar do meio ambiente, uma forma de educação ambiental.

A tomada de decisão também necessita de consonância com o Plano de Manejo, praticamente tudo a se realizar no PNU a consulta ao documento é inevitável. Para 90% dos entrevistados esse documento é instrumento balizador das deliberações (quadro 2), os dados se confirmam quando uma taxa mínima de 10,53% dos gestores condizem que o espaço não se encontra de acordo com as normas do documento.

O SNUC juntamente com o Plano de Manejo estabelece a participação de membros da sociedade civil nas reuniões e decisões gerenciais das UC's, para 90,47% do comitê gestor, esse público sempre encontra-se presente, estreitando os laços entre o PNU e a comunidade vizinha. Segundo Cunha (2010) apenas 11% da vizinhança entrevistada afirmaram serem convidados a participar de reuniões do PNU. Observamos dessa forma que apesar do comitê gestor relatar, nesta pesquisa, a presença de membros da sociedade nas reuniões, estes, segundo os dados de Cunha (2010) restringem-se a integrantes de instituições públicas e

privadas como prefeituras, órgãos estaduais e municipais, sindicatos e associações. Dessa forma a maioria da população do entorno não se vê totalmente representada. Esse cenário também foi resultado da pesquisa de Pontes (2016) em sua análise da efetividade da gestão do Parque Nacional do Descobrimento (PND) na Bahia, onde foi constatado a baixa participação da comunidade no planejamento e manejo desta UC. Essa situação não atende a fim o que prediz os objetivos do SNUC.

Quadro 2 – Visão da Gestão sobre o Plano de Manejo e sua importância na gestão do PNU

Questões	Opções (%)				
	1	2	3	4	5
O Plano de Manejo é claro em sua descrição.	0,00	9,52	14,29	28,57	47,62
O Plano de Manejo necessita de reformulação.	9,52	9,52	4,76	42,86	33,33
Os colaboradores conhecem o Plano de Manejo.	5,00	10,00	10,00	35,00	40,00
Os colaboradores seguem o Plano de Manejo.	4,76	0,00	9,52	14,29	71,43
O processo de tomada de decisão é feito com base no Plano de Manejo	0,00	10,00	0,00	35,00	55,00
A comunidade participa das decisões gerenciais do parque	9,52	0,00	0,00	28,57	61,90
O parque está de acordo com as normas contidas no Plano de Manejo.	5,26	5,26	5,26	36,84	47,37

Nota: 1= discordo totalmente; 2= discordo parcialmente; 3= Indiferente; 4= concordo parcialmente; 5= concordo totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Visando o funcionamento correto do parque como planejado, é necessário colaboradores e recurso financeiro. Ao analisar o quadro 3 observa-se que 40% dos integrantes do comitê gestor apontaram para a incapacidade do atual elenco de funcionários em atender todas as carências diárias da área. Essa realidade é apontada por Pontes (2016) em sua pesquisa no (PND) na qual este também possui quadro de funcionários insuficiente a sua gestão adequada. Segundo Cunha (2010) o quadro de colaboradores do PNU nessa época já encontrava-se abaixo do nível adequado para as atividades de gestão. Nesse cenário apontamos para um provável acúmulo de funções. Quando argumentados sobre a remuneração dos funcionários 75% jugam os mesmos bem remunerados, um dos motivos pela qual mesmo sobrecarregados eles executam acertadamente suas funções.

Referente aos recursos recebidos pelo governo federal e advindos do funcionamento do parque 50% confirmam parcial ou totalmente a insuficiência da verba para manter toda estrutura do PNU em funcionamento. As taxas de visitação como mencionado anteriormente possuem destino exclusivos apregoados pelo SNUC, segundo o comitê gestor mais precisamente 35% deles, as tarifas cobradas não são capazes de atender as atividades a que se destinam. Cenário semelhante ao de Cunha (2010), onde os dados de sua pesquisa mostra o orçamento do PNU insatisfatório ao seu gerenciamento. Todas essas deficiências podem comprometer a preservação e a estrutura desse espaço, a citar o teleférico (bondinho), uma das principais atrações, parado desde o ano de 2012 devido à falta de verbas, conforme relato do Gestor do Parque.

Quadro 3 – Recurso humano e financeiro do PNU

Questões	Opções (%)				
	1	2	3	4	5
O atual quadro de funcionários atende as necessidades do parque.	25,00	15,00	10,00	40,00	10,00
Os benefícios oferecidos aos colaboradores estão de acordo com a função exercida.	5,00	15,00	5,00	50,00	25,00
Os recursos econômicos do parque são suficientes para a sua manutenção	35,00	15,00	10,00	25,00	15,00
As taxas cobradas aos visitantes são suficientes para execução das atividades a que se destinam.	25,00	10,00	10,00	25,00	30,00

Nota: 1= discordo totalmente; 2= discordo parcialmente; 3= Indiferente; 4= concordo parcialmente; 5= concordo totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa.

O PNU recebe diariamente muitos visitantes, a frequência é maior nos fins de semana e feriados, para recepcioná-los é imprescindível uma estrutura que acolha e promova segurança a todos, e ainda seja capaz de manter o Parque em excelentes condições de abrigar com respeito sua fauna e flora. Segundo o quadro 4 para 80,95% do comitê gestor o PNU consegue atender parcial ou totalmente a todos os públicos, entretanto noutra questão somente 38,10% relatam a incapacidade dessa estrutura em manter a biodiversidade sob sua égide. Este cenário não é visualizado em todas as UC's do Brasil, como relata Pontes (2016) descrevendo a infraestrutura do PNU precária aos visitantes e a própria administração, dificultando as atividades de manejo.

Quando indagados à cerca da sinalização 85% estão em conformidade de sua existência adequada e atualizada, já em relação ao impacto causado pelos atrativos do PNU a natureza 90,47% dizem haver. Visualizamos aqui uma estrutura adequada a visitação, porém deixa a desejar em sua proteção, não indo de encontro com o objetivo principal de sua constituição, a preservação da natureza.

Outro tipo de público bem vindo ao parque são os pesquisadores, amparados pelo Plano de Manejo permitindo-os, justificados seus fins, a promoverem pesquisas científicas. Para 94,25% dos entrevistados o PNU promove esta prática e portanto tem as portas abertas a esses indivíduos.

Quadro 4 – Infraestrutura do PNU quanto a recepção do público e a sua proteção

Questões	Opções (%)				
	1	2	3	4	5
O parque oferece condições de acessibilidade a todos os públicos.	0,00	14,29	4,76	33,33	47,62
A infraestrutura do parque é capaz de proteger sua fauna e flora.	14,29	23,81	0,00	33,33	28,57
O parque possui sinalização adequada e atualizada em toda sua extensão.	5,00	5,00	5,00	35,00	50,00
O parque dispõe de atrativos com o mínimo de impacto ambiental.	0,00	9,52	0,00	28,57	61,90
O parque possibilita e estimula a pesquisa científica.	0,00	4,76	0,00	38,10	57,14

Nota: 1= discordo totalmente; 2= discordo parcialmente; 3= Indiferente; 4= concordo parcialmente; 5= concordo totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Dentre tantas medidas a serem tomadas perante as eventualidades a ocorrerem diariamente em quaisquer ponto do território do parque, a proteção contra incêndios tem cuidado especial devido as consequências de seu acontecimento, mas outros tipos de percalços podem ocorrer neste espaço, indo desde a sujeira causada pelo lixo dos visitantes a própria presença humana nas redondezas com suas práticas domésticas prejudicando a fauna e flora presentes.

De acordo com o quadro 5 as medidas protetivas contra incêndios em 85% das vezes é ou serão eficazes em conter o problema caso venha a ocorrer. Para isso é preciso monitoramento ambiental, segundo os dados 76,19% revelam sua existência. Outra necessidade seria a fiscalização da área, nesse item 75% concordarem parcial ou totalmente a ciência dos responsáveis contra quaisquer incidentes. A respeito do número apropriado de visitas 80,95% garantem que o PNU somente aceita o número correto de egressos e suas limitadas ações como por exemplo jogar lixo no espaço, as medidas contra são em 95,24% eficientes. Mesmo com todas essas interferências humanas apenas 5,26% relatam impacto nesse território causado pela presença de pessoas.

Situação de grande preocupação dos gestores do PNU são os impactos causados pela população situada em suas redondezas, onde 25% dos entrevistados afirmam haver desrespeito por parte desse público aos limites entre suas moradias e a área do Parque. Castro (2007) em sua pesquisa sobre a efetividade da gestão pública no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) em Minas Gerais também identificou um certo desrespeito aos limites dessa área por parte dos moradores do entorno e até dos próprios visitantes, ou seja, esse

problema não se restringe apenas ao PNU. Uma forma de amenizar essa situação é através da prática de educação ambiental, principalmente direcionada a esse público. Segundo o gestor B, o PNU já os promove por meio de “palestras, projetos de educação ambiental, esportes com corridas, e outras práticas”, já o gestor I aponta para as constantes visitas dos estudantes das escolas do entorno ao PNU com apoio do próprio Parque para a formação de uma consciência verde. Essas afirmações vão contra os resultados de Cunha (2010) em sua pesquisa neste mesmo espaço, onde apenas 12% da comunidade do entorno relataram a existência de campanhas para conscientização ambiental por parte dos técnicos do PNU.

Quadro 5 – Medidas protetivas de controle contra fatores internos e externos que podem afetar o PNU

Questões	Opções (%)				
	1	2	3	4	5
O parque possui proteção na ocorrência de incêndios.	5,00	5,00	5,00	25,00	60,00
O parque promove pesquisa e monitoramento ambiental em toda sua extensão territorial.	4,76	9,52	9,52	42,86	33,33
O parque promove fiscalização em toda a sua periferia.	15,00	5,00	5,00	50,00	25,00
O parque possui controle sobre o número adequado de visitas às áreas preservadas.	4,76	4,76	0,00	9,52	80,95
O parque possui políticas específicas para a limpeza de áreas abertas ao público.	4,76	0,00	0,00	38,10	57,14
O parque consegue manter o ambiente natural com o mínimo de impacto humano.	5,26	10,53	5,26	26,32	52,63
A população local respeita os limites entre suas moradias e a área do parque.	25,00	20,00	5,00	30,00	20,00
Práticas esportivas tais como escalada e rapel são proibidas em parques nacionais, entretanto existem no PNU.	57,14	14,29	0,00	14,29	14,29

Nota: 1= discordo totalmente; 2= discordo parcialmente; 3= Indiferente; 4= concordo parcialmente; 5= concordo totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Como já retratado anteriormente o PNU antes comandado pelo IBAMA, deixou esta função a cargo do ICMBio logo após sua institucionalização. Estudando o quadro 6, vemos que a mudança de gestão na visão de 70% dos entrevistados acarretou significativas alterações positivas no quadro financeiro e no ambiental. Quando o assunto é agilidade nos processos, 85% dos gestores anuem ter ocorrido. Outra variação passível de destaque está nos índices de sucessos alcançados, agora 70% melhor, créditos da nova gestão, algo da atual realidade.

O Plano de Manejo elenca diversos objetivos a serem alcançados pelos órgãos gestores, entre eles a aproximação do parque com a população dos arredores, um percentual mínimo 5% se pôs contra a afirmação que o ICMBio aproximou a comunidade vizinha do parque em questão, mostrando sucesso nessa meta. Essa conquista é indispensável a gestão das UC's, a união da população do entorno com o Parque, levando-os a se sentirem parte e não inimigos desse território é uma das metas do Plano de Manejo e um dos objetivos elencados pelo SNUC. A grande maioria 80% dos gestores revelam o incontestável alcance dos objetivos do Plano de Manejo com mais eficiência a partir da nova administração. Cumpre-se então o objetivo das autoridades ao criarem esse órgão, pois o IBAMA encontrava-se com demasiado acúmulo de atividades, e deixava a desejar em algumas delas, a exemplo na administração do PNU. Ressalta-se ainda a opinião do Gestor N ao descrever sua gratidão ao atual órgão gestor pela competência do mesmo em cuidar desse espaço.

Quadro 6 – Situação do PNU após a substituição do órgão gestor

Questões	Opções (%)				
	1	2	3	4	5
Através da administração do ICMBio, o parque passou a ganhar tanto financeiramente quanto ambientalmente.	15	5,00	10,00	35,00	35,00
Antes administrada pelo IBAMA agora pelo ICMBio, dessa forma podemos observar agilidade nos processos.	0,00	5,00	10,00	45,00	40,00
Com o ICMBio no controle piorou os índices de sucessos, antes apresentados na gestão do IBAMA.	50,00	20,00	20,00	0,00	10,00
O ICMBio melhorou a relação do Parque com a comunidade e do mesmo com os colaboradores.	5,00	0,00	5,00	30,00	60,00
Os objetivos do Plano de Manejo passaram a ser alcançados com mais rigor a partir da administração do ICMBio.	0,00	0,00	20,00	30,00	50,00

Nota: 1= discordo totalmente; 2= discordo parcialmente; 3= Indiferente; 4= concordo parcialmente; 5= concordo totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa.

O papel exercido pela cooperativa COOPTUR é fundamental para o funcionamento diário do PNU, dentre seus papéis, destaque para a recepção e serviço de guia aos visitantes, mas outras atividades ficam subtendidas como a fiscalização por estarem junto aos visitantes, a preservação por se encontrarem cotidianamente naquele espaço e principalmente mostrar e despertar a quem vem ao parque a importância da preservação da natureza, a chamada educação ambiental.

O quadro 7 nos apresenta a unanimidade do comitê gestor em concordância à presença da COOPTUR e seu papel na preservação do Parque, evidenciando a sua necessidade. Segundo os dados da pesquisa a cooperativa citada participa das decisões gerenciais e recebem treinamentos promovidos pela gestão do parque. Vale destacar os 85,71% do comitê gestor que alegam sobre as atividades da COOPTUR não afetarem de forma alguma o PNU, pelo contrário, os relatos apontam para uma relação de respeito dos guias com o espaço retratado, na qual suas atividades ultrapassam benéficamente os limites acordados.

Quadro 7 – O papel desempenhado pela Cooperativa COOPTUR e a avaliação de sua atuação

Questões	Opções (%)				
	1	2	3	4	5
As ações propostas e exercidas pela Cooperativa COOPTUR, não afetam o Parque.	9,52	4,76	0,00	33,33	52,38
A Cooperativa COOPTUR participa das decisões gerenciais.	0,00	0,00	5,00	55,00	40,00
A Cooperativa COOPTUR tem autonomia gerencial no dia a dia no Parque.	10,00	10,00	0,00	40,00	40,00
Os guias da Cooperativa COOPTUR recebem treinamentos promovidos pelo Parque.	0,00	4,76	4,76	47,62	42,86
Os guias da Cooperativa COOPTUR ajudam na preservação do Parque.	0,00	0,00	0,00	85,00	15,00
Dentre as atividades exercidas pelo guias, a fiscalização no Parque não figura entre elas.	23,81	14,29	4,76	28,57	28,57

Nota: 1= discordo totalmente; 2= discordo parcialmente; 3= Indiferente; 4= concordo parcialmente; 5= concordo totalmente.

Fonte: Dados da Pesquisa.

4.1 Análise de SWOT

O quadro 8 apresenta uma análise de SWOT dos pontos avaliados nos quadros anteriores sintetizados nas bases dessa ferramenta, que segundo Case (2012) tem a finalidade de conceder uma imagem limpa e concreta do ambiente interno (forças e fraquezas) e do

ambiente externo (oportunidades e ameaças), ou seja descrever e avaliar como se encontra a organização estudada, mostrando seus pontos fortes e fracos e o que está ajudando-a e/ou afetando-a.

Quadro 8 - Análise de SWOT da Gestão do PNU

Fraquezas	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> -Plano de Manejo encontra-se desatualizado devido sua data de vigência suceder o prazo de reavaliação; -Taxas de visitação não cobrem os gastos a que se destinam; -Recurso humano insuficiente para atender as necessidades do Parque. 	<ul style="list-style-type: none"> -Grande parte da comunidade do entorno não se sentem parte do PNU, e assim não respeitam os limites estabelecidos para a convivência e respeito mútuo; -Insuficiência financeira necessária a sua manutenção; -Crescimento da população local.
Forças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> -Conhecimento e seguimento do atual Plano de Manejo; -Representação de membros de instituições locais nas reuniões e decisões; -Motivação dos colaboradores; -Colaboradores bem preparados; -Acessibilidade e segurança a todos que nele adentram; -Apoio as pesquisas científicas -Medidas protetivas a fauna e a flora. 	<ul style="list-style-type: none"> -Atualização do Plano de Manejo; -Ações de educação ambiental com mais frequência e maior abrangência; -Maior integração entre o Parque e a população vizinha.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Apresentado os dados, visualizamos de forma mais sucinta e clara como se encontra a gestão do PNU. A atividade de gerir qualquer organização está incumbida de problemas seguida de sucessos e fracassos cotidianos, cabe aos gestores enxergar os motivos por trás de cada resultado e saber lidar com todas as vertentes. Quando o caso envolve a gestão pública, dependendo portando do poder do estado e sua demasiada burocracia, as dificuldades encontradas são acentuadas. Portanto é necessário uma gestão de qualidade a diminuir as complicações, em convivência harmônica e o dever do comprometimento com as leis vigentes.

5 Considerações Finais

De modo geral o PNU como quaisquer outra organização apresenta problemas e êxitos em sua gestão, em meio a eles aponta-se os pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades (SWOT). A partir dos dados apresentados, podemos apontar a questão financeira como fator restritivo na administração do PNU, comprometendo muitas de suas funções administrativas e estruturas de visitação, onde cita-se o teleférico (bondinho), a principal atração do local, responsável por atrair diversos públicos e contribuir para a arrecadação via taxas de visitação que são destinadas, uma certa parcela, a gestão da própria UC, encontra-se em manutenção a muitos anos, mesmo assim é importante salientar os esforços dos atuais gestores em fazê-lo voltar ao normal. A relação do PNU com a comunidade do entorno, o quadro de pessoal insuficiente a demanda local e a vigência do atual Plano de Manejo apresentam-se desfavoráveis ao alcance dos atuais objetivos da UC. A gestão é favorecida pela preparação dos colaboradores, treinados e bem preparados a executarem suas funções, dentre elas destaque para as atividades dos recepcionistas e guias, que além de suas funções inerentes ao cargo são responsáveis por aplicarem as normas estabelecidas no Plano de Manejo. As

atrações e segurança oferecida pela estrutura do Parque são apontados como fatores relevantes na escolha desta UC como ponto turístico.

Melhorar a situação atual da administração do PNU passa pelas mãos do seu órgão gestor, o ICMBio, cabe a este procurar meios alternativos para sanar os problemas apontados e aproveitar as oportunidades, sem deixar de seguir o SNUC e o seu Plano de Manejo, este necessita indiscutivelmente de atualização, visto que é instrumento balizador das decisões. A educação ambiental a comunidade do entorno e aos visitantes é uma das oportunidades apontadas como meio de corrigir eventuais impasses.

A pesquisa realizada apresentou limitações quanto ao local de aplicação e sua amostra. A limitação quanto ao local onde o instrumento de avaliação(questionário) foi aplicado, se refere ao seu preenchimento ter ocorrido durante uma reunião, implicando na presença de praticamente todos os membros gestores no mesmo espaço. Assim ambos podem indiretamente ter sentido alguma pressão para responder de um modo socialmente aceito, a chamada desejabilidade social. A outra limitação está no fato da pesquisa referir-se a comunidade do entorno e aos visitantes em alguns momentos, enfatizando a opinião dos membros gestores quanto a algumas atitudes destes, no entanto não foi dada uma chance a esses públicos de expressarem sua opinião.

Diante das limitações aqui apresentadas propõem-se que novos estudos sejam realizados visando contribuir com a gestão de Parque Nacionais e acoplando os diferentes segmentos da sociedade civil e não apenas integrantes das prefeituras locais, órgãos estaduais e municipais, sindicatos e associações, desenvolvendo uma discussão acerca dos benefícios e prejuízos decorrentes da institucionalização das áreas de proteção ambiental para os diferentes públicos envolvidos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Geraldino Carneiro de et al. **Sustentabilidade empresarial: conceito e indicadores**. In: iii congresso online de administração, 2006, Online. Anais. 2006. 20 p. Disponível em: <<http://www.convibra.com.br/default.asp?lang=pt>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

BIOLCHINI, Clarissa, PIMENTA, Marcelo e OROFINO, Maria Augusta et al. **Ferramentas Visuais Para Estrategistas**. São Paulo, 2012. Disponível em:<<http://estrategistavisual.com.br/>>. Acesso: 29 jan. 2019.

BARBIERI, José Carlos. A educação ambiental e a gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 6, Novembro/dezembro, 2004. Bimestral. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6766>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

BORGES, Luís Antônio Coimbra; REZENDE, José Luiz Pereira de; PEREIRA, José Aldo Alves. Evolução da legislação ambiental no brasil. **Rama: Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, Maringá, v. 2, n. 4, p.447-466, 2009. Trimestral. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/1146/0>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o código florestal.. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm>. Acesso em 20 nov. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder executivo. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03

/decreto-lei/1965-1988/Del0289.htm>. Acesso em 21 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 45.954, de 30 de Abril de 1959. Cria o Parque Nacional de Ubajara, Estado do Ceará. Diário Oficial da União. Página 199 Vol. 4. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45954-30-abril-1959-385053-norma-pe.html>>. Acesso em 30 nov. 2018.

BRASIL Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Aprova o código florestal. Revogada pela Lei nº 12.651, de 2012.. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm#art50>. Acesso em 20 nov. 2018.

BRASIL Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder executivo. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7735.htm>. Acesso em 21 nov. 2018.

BRASIL, Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da - SNUC. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em 9 nov. 2018.

BRASIL Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder executivo. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm>. Acesso em 24 nov. 2018.

BRITO, Daguinete Maria Chaves. Conflitos em unidades de conservação. **Pracs**: Revista Humanidades do Curso de Ciências Sociais, Macapá, v. 1, n. 1, p.1-12, dez. 2008. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/10>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

CASES, M. O. (Org.). (2012) **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. Disponível em: <https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/gestao_de_unidades_de_conservacao.pdf>. Acesso em 15 fev. 2019

CASTRO, Rogéria Cristina Lopes de. **Avaliação da efetividade de gestão e do uso público no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - MG**. 2007. 141 f. Dissertação (Pós-Graduação) - Curso de Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2007. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/3207>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

CUNHA, Bartolomeu Bueno. **Avaliação da Efetividade de Gestão do Parque Nacional de Ubajara - Ce**. 2010. 72 f. Dissertação (Mestrado) - Desenvolvimento e Meio Ambiente., Universidade Federal do Ceará, Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Prodema. Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/16319>>. Acesso em: 20 set. 2018.

ESTEVEZ, Caio Marcio Proetti. **Evolução da criação dos Parques Nacionais no Brasil**. 2006. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Florestal, Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio Janeiro, Seropédica-RJ, 2006. Disponível em: < <http://www.if.ufrj.br/inst/monografia/Monografia%20Caio%20Marcio%20Proetti%20Estevez.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

FONTENELLE, André. **Metodologia científica: Como definir os tipos de pesquisa do seu TCC?**. 2018. Disponível em: <<http://www.andrefontenelle.com.br/tipos-de-pesquisa/>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SCHITTINI, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n. 6, p.233-270, 2015. Anual. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/7122>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

ICMBio. **Parque Nacional de Ubajara (PNU): Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnaubajara/quem-somos.html>>. Acesso em 15 fev. 2019.

MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta de Azevedo; GARAY, Irene. A proteção da natureza no brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **RDE: Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 6, n. 4, p.83-93, jan. 2004. Anual. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/115>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

MILANO, Miguel Serediuk. Parques e reservas: uma análise da política brasileira de unidades de conservação. **Floresta**, Curitiba, v. 5, n. 1/2, p.4-9, jan. 1985. Trimestral. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/floresta/article/view/6353/4553>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

_____. **Unidades de Conservação: Técnica, Lei e Ética para a Conservação da Biodiversidade**. In: BENJAMIN, A.H. (org.) *Direito Ambiental das Áreas Protegidas*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2001, p. 4.

PECCATIELLO, Ana Flávia Oliveira. Políticas públicas ambientais no brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do sistema nacional de unidades de conservação (2000). **DeMA**, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p.71-82, jul/dez. 2011. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/21542>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

PONTES, Euripedes Júnior. **Análise da efetividade da gestão do parque nacional do descobrimento/ba**. 2016. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2016. Cap. 4. Disponível em: <http://www.ppgcb.unimontes.br/images/bibtex/Junior_2016_Analisedaefetividade.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.

SOUSA, Ana Cristina Augusto de. A evolução da política ambiental no brasil do século xx. **Achegas**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-2, 1 jan. 2005. Bimestral. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/ana_sousa_26.htm>. Acesso em: 1 fev. 2019.

VALLEJO, Luiz Renato. Unidade de Conservação: Uma Discussão Teórica á Luz dos Conceitos de Território e Políticas Públicas. **Geographia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.1-22, jan. 2002. Quadrimestral. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13433>>. Acesso em: 06 nov. 2018.